



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 9, DE 2023

(n° 94/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 94

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 105/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055770) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058991** e o código CRC **64F5BE03** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002634/2023-91

SUPER nº 4058991

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI

CPF.: 132094506-68

1954 Filha de José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, nasce em 27 de março, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1975 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1978 Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
1981 Mestre em Economia pela Universidade de Brasília
1982 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
1995 Curso de Altos Estudos - IRBr, "O Gás nas Relações Brasil-Bolívia"

Cargos:

1976 Terceira-Secretária
1979 Segunda-Secretária
1984 Primeira-Secretária, por merecimento
1990 Conselheira, por merecimento
1997 Ministra de segunda classe, por merecimento
2006 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1976-79 Divisão de Informação Comercial, Assistente
1979-85 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1985-88 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, primeira-secretária
1988-90 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, assessora
1990-93 Gabinete do Ministro de Estado, coordenadora-executiva
1993-95 Embaixada em La Paz, conselheira
1995-96 Secretaria de Imprensa do Gabinete, subchefe
1996-99 Divisão da América Meridional I, chefe
1999-04 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, ministra-conselheira
2004-06 Departamento de Direito Humanos e Temas Sociais, diretora
2006-07 Departamento de Organismos Internacionais, diretora
2007-13 Missão Junto às Nações Unidas em Nova York, representante permanente
2013-16 Embaixada em Berlim, embaixadora
2016-17 Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico, subsecretária-geral
2017-20 Organização das Nações Unidas, Secretaria-geral, chefe de gabinete

Publicações:

2000 As Relações Brasil-Bolívia sob o Signo da Cooperação Energética (1920-1990), in *SESSENTA ANOS DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 1930-1990 - vol. 3*, José Augusto Guilhon Albuquerque (organizador), Editora da USP, São Paulo
2014 O Brasil no Conselho de Segurança da ONU (2010-2011), Fundação Alexandre de Gusmão (organizadora)

Condecorações:

1992	Medalha da República Oriental do Uruguai, Oficial
1997	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1997	Ordem de Bernardo O`Higgins, Chile, Grande Oficial
1997	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADOS UNIDOS



MAÇO
(Fevereiro de 2023)

OSTENSIVO

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
APRESENTAÇÃO DO PAÍS	4
PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE JOE BIDEN.....	5
PERFIL BIOGRÁFICO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ANTONY BLINKEN.....	6
I – INFORMAÇÕES SOBRE O PAÍS	7
POLÍTICA INTERNA	7
POLÍTICA EXTERNA.....	8
ECONOMIA	10
II – RELAÇÕES BILATERAIS.....	12
INTRODUÇÃO: PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES	12
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	13
TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL	14
MEIO AMBIENTE.....	14
PROTOCOLO ATEC.....	15
FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM).....	15
DIÁLOGO COMERCIAL.....	15
ACORDO RDT&E.....	16
FÓRUM DE ENERGIA E DIÁLOGO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA LIMPA.....	16
GLOBAL ENTRY.....	17
ACORDO ÁRTEMIS	17
RESILIÊNCIA DE CADEIAS DE SUPRIMENTOS.....	17
III- ACORDOS BILATERAIS.....	20
IV- TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS	24

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Unidos da América
GENTÍLICO	Norte-americano ou estadunidense
CAPITAL	Washington, DC
ÁREA	9.631.418 km ²
POPULAÇÃO (est.)	334,351 milhões (US Census Bureau / Fevereiro de 2023)
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%), outras (19%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes (<i>House of Representatives</i>) é composta por 435 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e o Senado (<i>Senate</i>), por 100 membros (2 por estado), para mandatos de 6 anos.
CHEFE DE ESTADO	Joseph Robinette Biden Jr. (desde 20 de janeiro de 2021)
CHANCELER	Antony John Blinken (desde 26 de janeiro de 2021)
PIB NOMINAL (Banco Mundial, 2021)	USD 23 trilhões (maior PIB nominal do mundo)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP dólar corrente; Banco Mundial, 2021)	USD 23 trilhões (2º maior PIB PPP do mundo)
PIB PER CAPITA (Banco Mundial, 2021)	USD 70,248 mil
PIB PPP PER CAPITA (Banco Mundial, 2021)	USD 69,28 mil
VARIAÇÃO DO PIB REAL (FMI)	1,6% est. (2022); 5,7% (2021); -3,4% (2020); 2,3% (2019); 2,9% (2018); 2,3% (2017); 1,7% (2016); 2,7% (2015); 2,3% (2014); 1,5% (2013); 2,3% (2012);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021, PNUD)	0,921 (21ª posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	77,2 anos (PNUD, relatório de 2021)
ALFABETIZAÇÃO	Informação oficial não disponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,4% (janeiro de 2023 – Escritório de Estatísticas de Trabalho dos EUA)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar norte-americano (USD)
EMBAIXADOR EM WASHINGTON	Nestor Forster Jr.
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Elizabeth Frawley Bagley.
BRASILEIROS NO PAÍS	Cerca de 1,9 milhão, segundo estimativas das repartições consulares brasileiras nos EUA.

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em USD milhões F.O.B) - Fonte: MECON

Brasil - EUA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	50.551,29	46.958,90	51.719,22	57.741,86	59.806,02	45.603,97	70.530,50	88.755,6
Exportações	24.079,94	23.156,30	26.872,63	28.774,09	29.715,86	21.481,53	31.145,20	37.438,6
Importações	26.471,34	23.802,60	24.846,59	28.967,77	30.090,15	24.122,44	39.385,30	51.317

Saldo	-2.391,40	-646,30	+2.026,04	-193,68	-374,29	-2.640,91	-8.240,10	-13.878,4
--------------	-----------	---------	-----------	---------	---------	-----------	-----------	-----------

APRESENTAÇÃO DO PAÍS

Os Estados Unidos da América são uma república constitucional federal situada na América do Norte, composta por 50 estados (os últimos a integrarem a federação foram o Alasca e o Havaí) e um distrito federal. Com 9,83 milhões de km² de área e população de cerca de 333 milhões de habitantes, o país é o quarto maior em área total, o quinto maior em área contígua e o terceiro em população.

Fundado por treze colônias do Império Britânico localizadas na costa atlântica, o país declarou independência em 4 de julho de 1776. Sua Constituição foi aprovada em 1787, pela Convenção de Filadélfia. A Carta dos Direitos, composta por dez emendas constitucionais que versam sobre garantias civis e liberdades fundamentais, foi ratificada em 1791.

No século XIX, ancorados na doutrina do Destino Manifesto, os Estados Unidos empreenderam significativa expansão territorial. Entre 1861 e 1865, os conflitos entre o sul agrário e o norte industrializado levaram à Guerra de Secessão. A vitória do Norte impediu a separação do país, assegurou o fim da escravatura e contribuiu para que, no final do século XIX, a economia norte-americana fosse alçada à condição de maior do mundo. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial sedimentaram o status do país como potência militar.

Os Estados Unidos são uma das nações mais etnicamente diversas do mundo. Dotado de geografia e clima variados, com desertos, planícies, florestas e montanhas, o território do país abriga grande biodiversidade. Principal economia do planeta, os Estados Unidos respondem por cerca de 39% dos gastos militares do globo e exercem grande influência nas esferas política e cultural entre o conjunto das nações.

PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE JOE BIDEN



Joseph Robinette Biden Jr. (78 anos) nasceu em 20 de novembro de 1942, em Scranton, Pensilvânia. Aos 10 anos de idade, mudou-se para o estado de Delaware, onde posteriormente construiu carreira política. Formou-se na Universidade de Delaware em História e Ciência Política em 1965 e graduou-se em Direito, em 1968, pela Universidade de Syracuse.

Biden atuou brevemente como advogado em Wilmington, em 1969, e, no mesmo ano, foi eleito para o Conselho do Condado de New Castle. Em 1972, com apenas 29 anos, elegeu-se senador. Nas décadas seguintes, foi reconduzido seis vezes ao Senado, sempre obtendo maioria próxima de 60% dos votos.

Senador por Delaware entre 1973 e 2009, exerceu a vice-presidência nos dois mandatos de Barack Obama à frente da Casa Branca (entre 2009 e 2017). Biden consolidou reputação como especialista em temas internacionais na Comissão de Relações Exteriores do Senado, onde serviu por mais de 30 anos e a qual presidiu nas legislaturas 2001-2002 e 2007-2008.

Como vice-presidente, foi encarregado de supervisionar o desembolso de recursos no âmbito de programas de estímulo econômico. Em 2011, desempenhou papel central nas negociações para a elevação do teto da dívida pública. Também teve protagonismo em assuntos de política externa: visitou o Iraque inúmeras vezes e foi um dos principais interlocutores do governo norte-americano junto à Rússia.

Vencedor nas eleições de 3 de novembro de 2020, tornou-se o 46º presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2021.

PERFIL BIOGRÁFICO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ANTONY BLINKEN



Antony John Blinken assumiu o cargo de secretário de Estado no dia 26 de janeiro de 2021. Nasceu em 1962, em Yonkers, no estado de Nova York. Em 1984, formou-se em Ciências Sociais na Universidade de Harvard e, em 1988, graduou-se em Direito na Universidade de Columbia. Na sequência, advogou em Nova York e Paris.

Sua primeira atuação no serviço público foi no governo Clinton: entre 1993 e 1994, serviu no Departamento de Estado como assistente especial do diretor sênior para Assuntos Europeus e Canadenses. De 1994 a 1998, foi assistente especial do presidente e diretor sênior de Redação de Discursos e, depois, de Planejamento Estratégico. Em paralelo, de 1994 a 2001, foi membro do Conselho de Segurança Nacional e, de 1999 a 2001, assistente especial do presidente e diretor-sênior para Assuntos Europeus.

Durante o governo Bush, integrou o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, entre 2001 e 2002, e foi diretor da Equipe Democrática do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, entre 2002 e 2008.

Entre 2009 e 2013, Blinken exerceu a função de assistente do presidente e conselheiro de Segurança Nacional do então vice-presidente Joe Biden. Entre 2013 e 2015, foi assessor adjunto de Segurança Nacional e, de 2015 a 2017, secretário de Estado Adjunto. Durante o governo Trump, retornou ao setor privado, exercendo atividades de consultoria.

POLÍTICA INTERNA

Joe Biden tomou posse como presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2021. Logo em seu primeiro dia na presidência, assinou diversos memorandos, ordens executivas e proclamações, concentrados sobretudo no combate à pandemia de covid-19 e nos campos de política imigratória e mudança do clima.

No dia 8 de novembro de 2022, foram realizadas eleições de meio de mandato nos EUA, as “midterms”. Em âmbito nacional, estavam em disputa todos os 435 assentos da Câmara dos Deputados além de 35 cadeiras (de um total de 100) do Senado. A atual legislatura tomou posse no dia 3 de janeiro de 2023.

Na Câmara de Deputados, o Partido Republicano conquistou maioria estreita, com 222 assentos, contra 213 obtidos pelos democratas. No Senado, o Partido Democrata manteve maioria, ao assegurar 51 assentos, com uma bancada de 48 democratas e 3 independentes.

As eleições de meio de mandato costumam ser desfavoráveis para o partido que ocupa a presidência. No entanto, a expectativa de uma “onda vermelha” favorável ao Partido Republicano não se confirmou. Os democratas lograram resultados positivos nas eleições estaduais, inclusive nos parlamentos locais. Desde 2002 o partido que ocupava a presidência não registrava resultados tão favoráveis nas eleições de meio de mandato.

No âmbito da economia, a administração do presidente Biden destacou-se pela aprovação de uma série de planos ambiciosos: o “American Rescue Plan”, o “Infrastructure Investment and Jobs Act”, o “Inflation Reduction Act of 2022” e o “CHIPS and Science Act”.

O primeiro deles, o "American Rescue Plan", pacote de estímulo fiscal no valor de USD 1,9 trilhão, entrou em vigor em março de 2021. Tratou-se de incentivo para que o país superasse os efeitos econômicos adversos da pandemia de covid-19.

O segundo pacote, objeto de acordo entre senadores democratas e republicanos, foi o “Infrastructure Investment and Jobs Act”, assinado no dia 15 de novembro de 2021 pelo presidente Biden. A norma contempla investimentos de USD 1,2 trilhão para recuperação da infraestrutura dos EUA. De acordo com

o presidente Joe Biden, o ato estabelece o maior investimento em modernização de rodovias e pontes nos EUA dos últimos 70 anos. Prevê-se a criação de 2 milhões de empregos extras por ano e até 16 milhões de empregos em todo o país.

O “Inflation Reduction Act”, mais recente pacote econômico dos EUA, tornou-se lei em agosto de 2022. O diploma legal foi aprovado em linhas estritamente partidárias e determina o maior volume de recursos para o combate a mudanças climáticas já registrado na história dos Estados Unidos.

No contexto da escassez mundial da oferta de semicondutores, o presidente Biden também promulgou, em 9 de agosto de 2022, o "Chips and Science Act". A legislação destina USD 52,7 bilhões à indústria norte-americana de semicondutores e tem por objetivo incentivar a produção dos referidos componentes nos EUA. A iniciativa prevê a destinação de US\$ 500 milhões ao Departamento de Estado, para ações de cooperação internacional no âmbito de Fundo Internacional de Inovação e Segurança da Tecnologia, ao longo de cinco anos.

Para além de foco em reformas econômicas, um dos principais desafios da administração Biden consiste no agravamento da questão migratória na fronteira sul. A crise gerou recorde histórico nas apreensões de imigrantes indocumentados no ano fiscal de 2022 (contado entre outubro de 2021 e setembro de 2022): foram 2,378 milhões de apreensões, número superior em 644 mil casos em relação ao recorde do ano fiscal anterior.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Joe Biden orienta-se pela tônica de "reconstrução da liderança" norte-americana, por meio da revitalização de parcerias com aliados e do engajamento multilateral. Assuntos como meio ambiente, direitos humanos e democracia estão entre os temas prioritários.

O meio ambiente representa elemento transversal na política externa do presidente Biden. No primeiro dia de mandato, os EUA reingressaram no Acordo de Paris. Em 22 e 23 de abril de 2021, o governo norte-americano organizou a Cúpula de Líderes sobre Clima, que contou com participação brasileira.

Segundo Jonathan Pershing, assessor sênior do enviado especial do presidente para o clima (John Kerry) são três os elementos centrais da estratégia climática externa do governo Biden: (i) mobilização global para redução urgente das emissões de gases de efeito estufa (GHG); (ii) ajuda a países em

desenvolvimento para a adoção de planos de adaptação; e (iii) ações para acelerar a obtenção de recursos financeiros públicos e privados para os dois primeiros pilares.

Em dezembro de 2022, o presidente Joe Biden sancionou pacote consolidado de gastos do governo dos EUA para o ano fiscal de 2023, com previsão de USD 1,06 bilhão para financiamento climático internacional. Direitos humanos e temas sociais também ocupam posição de destaque na diplomacia dos EUA. O presidente tem reiterado a importância que atribui aos direitos de mulheres e meninas, pessoas LGBTQIA+, comunidades indígenas e pessoas com deficiência. O mandatário tem afirmado, ainda, que a promoção da equidade racial é objetivo transversal de todas as agências de governo e abarcada em todas as iniciativas de sua administração. Em 2021, os EUA retornaram ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), na qualidade de membro observador.

Na vertente da promoção e do fortalecimento da democracia, os EUA organizaram "Cúpula pela Democracia", nos dias 9 e 10 de dezembro de 2021, em formato virtual. Na ocasião, o Brasil apresentou compromissos voluntários no âmbito de defesa da democracia, combate à corrupção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Outro tema prioritário na política externa dos EUA refere-se à China, tema objeto de consenso bipartidário no Congresso norte-americano. O secretário de Estado Antony Blinken afirmou que a relação entre os dois países deverá ser "competitiva quando cabível, colaborativa quando possível, e contenciosa quando necessário".

Nesse panorama, o presidente Biden tem reiterado a oposição dos EUA a qualquer tentativa unilateral de alterar o *status quo* no estreito de Taiwan. A visita a Taipé da então presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Nancy Pelosi, em agosto de 2022, provocou reação da China, que interrompeu temporariamente canais regulares de diálogo com os EUA em setores como o da cooperação ambiental.

No primeiro encontro presencial entre Biden e Xi Jinping, à margem do G20, em 14 de novembro de 2022, os mandatários acordaram retomar mecanismos bilaterais de diálogo suspensos e manter abertas as linhas de comunicação entre os dois governos. O presidente Biden enfatizou que "os EUA e a China devem trabalhar juntos para superar desafios transnacionais como mudança do clima, estabilidade macroeconômica global – inclusive alívio a dívidas [de outros países] –, segurança em saúde e segurança alimentar".

Quanto à Rússia, as relações bilaterais, estruturalmente pautadas por

diferenças de fundo em questões geopolíticas, atingiram ponto de tensão comparável apenas com os períodos mais críticos da Guerra Fria, em razão das operações militares na Ucrânia.

De forma a exercer pressão econômica sobre a Rússia, os EUA adotaram sanções de diversos tipos – comerciais, financeiras e pessoais – em escala inédita em sua amplitude, juntamente com parceiros europeus e o Japão.

Em dezembro de 2022, a convite do presidente Joe Biden, o mandatário da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, visitou Washington, manteve encontro presidencial e participou de sessão conjunta do Congresso. Na oportunidade, o Presidente Biden anunciou entrega de mísseis "Patriot" ao país europeu.

Ainda em dezembro de 2022, o governo norte-americano anunciou dois pacotes de assistência militar, que juntos totalizam USD 2,125 bilhões, além de dois conjuntos de sanções econômicas e medidas restritivas a indivíduos e entidades aligadas ao governo russo. As medidas foram seguidas pela assinatura pelo presidente Joe Biden da legislação orçamentária para o ano fiscal de 2023, que inclui quantia de USD 45 bilhões destinados a ações de assistência à Ucrânia e países afetados pelo conflito naquele país.

No que diz respeito ao entorno regional, a política externa de Joe Biden para as Américas tem como eixos: i) o contrapeso à crescente influência de atores externos; ii) os fluxos migratórios irregulares para os EUA, com ênfase no México e na América Central; iii) a segurança hemisférica, em particular o avanço do crime organizado transnacional; e iv) os riscos representados por retrocessos democráticos ou pela instabilidade política.

Entre 6 e 10 de junho de 2022, ocorreu, em Los Angeles, a IX edição da Cúpula das Américas, com o tema "Construindo um Futuro Sustentável, Resiliente e Equânime". A realização da Cúpula coincidiu, segundo a Casa Branca, com o objetivo de recompor as relações com os países do hemisfério, por meio da cooperação em temas como migrações, segurança, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e fortalecimento das instituições democráticas. Nesse contexto, as prioridades estabelecidas pelos anfitriões foram: i) estabelecimento de sistemas de resposta eficazes a novas crises na área da saúde (segurança em saúde); ii) "crescimento verde" e desenvolvimento sustentável; iii) desenvolvimento econômico e combate à desigualdade; e iv) fortalecimento democrático.

ECONOMIA

Em 2022, o PIB real dos EUA cresceu a uma taxa anualizada de 2,1%,

segundo estimativas do Escritório de Análise Econômica do governo norte-americano. Não está afastado o risco de uma recessão no corrente ano.

O desemprego, que atingiu níveis próximos a 15% no início da pandemia, recuou para 3,4% em janeiro de 2023. O índice interrompe uma série de cinco meses consecutivos de desaceleração no crescimento do emprego.

A administração do presidente Joe Biden tem favorecido estratégias para promover cadeias de suprimentos mais resilientes a choques externos; diminuir a concentração de provedores de materiais estratégicos; e estabelecer mecanismos de resposta rápida a choques de oferta.

Em fevereiro de 2021, o presidente Biden assinou ordem executiva instruindo os órgãos federais a propor políticas para o fortalecimento das cadeias de suprimentos de bens considerados "críticos e essenciais" para a economia e a segurança dos Estados Unidos. Tal esforço resultou na apresentação de relatórios abrangentes, primeiro em junho de 2021, e, em seguida, em fevereiro de 2022, com diagnósticos, avaliação de riscos e recomendações para os setores prioritários de: i) semicondutores, ii) baterias de alta capacidade, iii) minerais estratégicos e iv) produtos farmacêuticos. No relatório mais recente, cobriu-se os setores de v) transportes, vi) alimentos, vii) saúde, viii) tecnologia da informação e ix) defesa.

A resiliência das cadeias de suprimentos tornou-se tópico relevante na interação dos EUA com outros países, em diferentes níveis, incluindo o Brasil.

No que se refere à situação fiscal norte-americana, em 2022, de acordo com o Escritório de Orçamento do Congresso, o déficit do governo federal representou USD 1 trilhão. Cabe notar que o Escritório projeta déficits primários para o período de 2022 a 2031, com alguma oscilação, mas tendência global de agravamento.

Desde dezembro de 2022, o FED (banco central estadunidense) arrefeceu movimento de elevação do índice de juros. Em janeiro de 2023, decidiu-se por aumento na taxa básica de juros de apenas 0,25 ponto percentual, elevando o índice de 4,50% para 4,75% ao ano.

O índice de inflação está no centro do debate econômico. Em dezembro de 2022 (último dado disponível), a taxa de inflação anualizada atingiu 6,51%, com diminuição de 0,1% em relação ao mês anterior. A tendência é de continuidade na desaceleração, registrada por seis meses consecutivos. O índice encontra-se acima da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central dos EUA.

II – RELAÇÕES BILATERAIS

INTRODUÇÃO: PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES

Brasil e Estados Unidos são as duas maiores democracias do hemisfério. Ambos têm economias dinâmicas e diversificadas e grande convergência de valores e de interesses. Os EUA são o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados, além de investidores tradicionais no Brasil, contando com empresas no mercado brasileiro há mais de cem anos. As empresas brasileiras, por sua vez, têm investido cada vez mais nos EUA.

Na frente ambiental, o Brasil coopera ativamente com os EUA, seja por meio de mecanismos bilaterais e do programa de cooperação técnica com a USAID (que mantém projetos de conservação da Amazônia), seja na esfera multilateral.

No campo econômico, Brasil e EUA mantêm parceria dinâmica. Em 2022, entrou em vigor o Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência, que reduzirá a burocracia em operações do comércio bilateral. No mesmo ano, foi assinado o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operadores Econômicos Autorizados, que permitirá desembaraço aduaneiro facilitado para empresas credenciadas.

No âmbito multilateral, há amplo espaço de cooperação na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Organização Mundial da Saúde (OMS), e no Conselho de Segurança das Nações Unidas (onde o Brasil é membro não permanente em 2023).

A intensa interlocução entre os governos do Brasil e dos EUA nesses e em outros temas ocorre por meio de diversos mecanismos bilaterais. Entre os principais fóruns de coordenação, destacam-se:

- Diálogo de Alto Nível (conduzido em nível de subsecretários das duas chancelarias);
- Fórum de Altos Executivos Brasil–Estados Unidos (CEO Forum) [Ministério da Fazenda/Casa Civil e Departamento de Comércio/Casa Branca];
- Fórum de Energia Brasil-Estados Unidos (MME/Itamaraty e Departamento de Energia);
- Diálogo Comercial Brasil–Estados Unidos (ex-Ministério da Economia e Departamento de Comércio)

A delegação dos EUA à posse do presidente Lula foi chefiada pela secretária do Interior, Deb Haaland. Responsável pelo desenvolvimento de

políticas para povos indígenas, a secretária manteve reunião bilateral com a nova presidente da FUNAI, deputada Joêlnia Wapichana (RR-REDE) no dia 1º de janeiro.

No dia 3 de janeiro, o ministro Mauro Vieira conversou por telefone com o secretário de Estado Antony Blinken. No dia 9 de janeiro, o presidente Lula falou ao telefone com o presidente Joe Biden e com o ex-presidente Bill Clinton.

Em 10 de janeiro, o presidente Lula visitou Washington, a convite de Biden. Na oportunidade, trataram de conferir impulso renovado às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo por base a defesa das instituições democráticas, o combate ao discurso de ódio e à desinformação, a promoção dos direitos humanos e o combate à mudança do clima. Também estiveram na pauta os temas de comércio e investimentos, inclusive integração das cadeias produtivas, transição energética, redução da fome e da pobreza e segurança alimentar.

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil nos EUA conta com 10 Consulados-Gerais nas cidades de Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington. No ano de 2022, foi criado Vice-Consulado na cidade de Orlando.

Estima-se que a comunidade de brasileiros nos EUA seja composta de 1 milhão e 900 mil indivíduos. Trata-se do maior contingente de nacionais fora do país. A política de assistência consular do Itamaraty compreende iniciativas voltadas à ampliação do atendimento consular, ao reforço do associativismo em conselhos de cidadãos brasileiros, ao enfrentamento à violência contra a mulher, ao apoio ao micro e pequeno empreendedorismo, à educação de crianças e à facilitação do exercício do direito ao voto no exterior.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os EUA são o segundo principal parceiro comercial do Brasil. Em 2022, a corrente de comércio entre os dois países registrou nível inédito de USD 88,76 bilhões.

Nesse período, o comércio bilateral apresentou crescimento robusto, tanto nas exportações quanto nas importações. O Brasil exportou USD 37,44

bilhões (aumento de 20,2%% em relação ao mesmo período de 2021) e importou USD 51,32 bilhões (aumento de 30,3% na mesma comparação), com a corrente atingindo USD 88,76 bilhões (+25,8%). O déficit comercial brasileiro atingiu USD 13,88 bilhões e representa o quarto maior superávit dos EUA em seu comércio internacional.

Durante o ano de 2022, os principais bens exportados pelo Brasil foram produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (12% das exportações brasileiras) e aeronaves e outros equipamentos incluindo suas partes (5,8%). Os principais bens importados dos EUA foram óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (25%), motores e máquinas não elétricos (8,2%) e gás natural (6,2%).

De acordo com dados do BACEN (2020), utilizando-se o critério de controlador final, o estoque de investimentos diretos dos EUA no Brasil é de USD 123 bilhões.

Conforme dados do SelectUSA, órgão de promoção de investimentos nos EUA, o estoque de investimentos brasileiros diretos nos EUA cresceu de USD 1,6 bilhão em 2000 para USD 45,2 bilhões em 2019. Tais estimativas indicam, ainda, que os investimentos brasileiros sustentam quase 100.000 empregos diretos nos EUA.

TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL

MEIO AMBIENTE

O dossiê ambiental é prioritário nas relações bilaterais. Ao encontrarem-se em Washington, em fevereiro de 2023, os presidentes Lula e Biden decidiram relançar a Iniciativa Conjunta sobre Mudança do Clima estabelecida em 2015, que criou o Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTMC). Instruíram o GTMC a discutir áreas de cooperação, como o combate ao desmatamento e à degradação, o fortalecimento da bioeconomia, a implantação de energia limpa, as ações de adaptação e a promoção de práticas agrícolas de baixo carbono.

Na ocasião, os EUA sinalizaram com a possibilidade de contribuir com recursos para programas de proteção e conservação da Amazônia brasileira, incluindo apoio inicial ao Fundo Amazônia, e para alavancar investimentos naquela região.

PROTOCOLO ATEC

Em 19 de outubro de 2020, Brasil e Estados Unidos firmaram o Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência. Em 2 de fevereiro de 2022, os EUA notificaram o Brasil acerca do fim dos trâmites internos para entrada em vigor do Protocolo. As novas regras estão em vigor desde 9 de junho de 2022, a partir da promulgação por meio do Decreto nº 11.092.

O objetivo do Pacote Comercial é aumentar a transparência e a previsibilidade de regras de comércio vigentes entre os dois países. Nesse sentido, os entendimentos contribuem para remover barreiras ao comércio e aos investimentos e fortalecem a relação econômica e comercial entre Brasil e EUA, de modo a ampliar o fluxo de exportações e importações.

FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM)

O Foro de Altos Executivos Brasil-EUA (CEO Fórum) congrega representantes dos governos e do setor privado dos dois países para tratar de temas relacionados à integração produtiva, facilitação de comércio e investimentos. Lideram o mecanismo, pelo Brasil, o Ministério da Economia e a Casa Civil. Pelos EUA, o Departamento de Comércio e a Casa Branca estão à frente do fórum. No âmbito do setor privado, participam 11 CEOs brasileiros e 11 CEOs estadunidenses.

A última reunião do mecanismo ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2022, em nível técnico. Entre os principais tópicos da reunião, o desenvolvimento sustentável figurou como fio condutor das iniciativas apresentadas.

DIÁLOGO COMERCIAL

O Diálogo Comercial é um dos mais longevos mecanismos de colaboração entre o Departamento de Comércio dos EUA e o governo brasileiro. Criado em 2006, tem como prioridades: i) remover barreiras não tarifárias; ii) facilitar investimentos bilaterais e iii) promover oportunidades comerciais. O diálogo é espaço para avançar a cooperação em temas técnicos que contribuem para bom ambiente de negócios e a promoção do comércio bilateral.

Nos dias 19 a 22 de julho de 2022, realizou-se a 20ª reunião do

Diálogo Comercial Brasil-EUA, em Washington. A reunião plenária ocorreu no dia 21, sendo precedida, nos dias 19 e 20, de reuniões técnicas dos grupos de trabalho relativos aos seguintes tópicos: i) Parceria Comercial – Facilitação de Comércio; ii) Parceria Comercial – Boas Práticas Regulatórias; iii) Padrões e Metrologia; e iv) Comércio na Economia Digital.

ACORDO RDT&E

No campo da defesa, constitui avanço a assinatura do Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, na sigla em inglês) com os EUA, em março de 2020. O instrumento deverá ampliar o acesso da Base Industrial de Defesa ao mercado norte-americano, bem como abrir caminho para formalizar outros entendimentos que reduzam processos burocráticos no comércio de produtos do segmento entre Brasil e EUA. O RDT&E foi aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de abril de 2022 e aguarda promulgação.

FÓRUM DE ENERGIA E DIÁLOGO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA LIMPA

Anunciado em 2019, o Fórum de Energia Brasil-Estados Unidos visa a estreitar a cooperação energética entre Brasil e EUA no que tange a assuntos técnicos, regulatórios e políticos de interesse mútuo, bem como a desafios críticos para o comércio e investimentos bilaterais em energia.

A primeira reunião ministerial e o lançamento oficial do Fórum realizaram-se em fevereiro de 2020.

Em 18 de agosto de 2022, ocorreu reunião do mecanismo em nível ministerial, em Washington. No mesmo dia, foi lançado o Diálogo da Indústria de Energia Limpa (CEID, na sigla em inglês), na sede do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos.

Os setores prioritários do CEID foram escolhidos pela natureza moderna e emergente, que requer ação de regulação e atuação sinérgica entre governos e setor privado: modernização de redes elétricas; hidrogênio limpo; biocombustíveis e bioenergia; gerenciamento de carbono no setor de óleo e gás; e energia eólica offshore. A partir do lançamento inicial, serão estruturados grupos de trabalho específicos para esses setores, com a expectativa de que tenham seu ritmo e atividades liderados pela indústria.

GLOBAL ENTRY

O “Global Entry” (GE) consiste em programa do governo dos EUA, administrado pela “U.S. Customs and Border Protection” (CBP) do Departamento de Segurança Interna, que oferece trâmite imigratório simplificado e rápido para viajantes pré-aprovados. Permite aos inscritos realizar trâmite de ingresso nos EUA em aeroportos selecionados por meio de quiosques automáticos, sem contato com agentes de imigração. Podem candidatar-se ao programa cidadãos que já disponham de visto de entrada válido para os EUA.

Participam do processo de avaliação da candidatura ao programa tanto a Polícia Federal quanto o CBP.

No dia 7 de fevereiro de 2022, anunciou-se o ingresso pleno do Brasil no Global Entry; O Brasil tornou-se, assim, o 12º país cujos cidadãos estão habilitados a candidatar-se a essa modalidade de ingresso facilitado nos EUA.

ACORDO ÁRTEMIS

O Acordo Ártemis foi concebido no contexto do Programa Ártemis da NASA, que prevê levar a primeira mulher à Lua, e explorar, de forma sustentável, a superfície de Marte. O governo brasileiro aderiu ao instrumento, em cerimônia no Palácio do Planalto, em 15 de junho de 2021. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aderir ao acordo. Antes do ingresso brasileiro, nove países haviam assinado o acordo com os EUA: Austrália, Canadá, Itália, Japão, Luxemburgo, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Ucrânia e Vietnã.

RESILIÊNCIA DE CADEIAS DE SUPRIMENTOS

O tema das cadeias de suprimentos é prioritário para a administração Biden. Os EUA têm-se debruçado sobre propostas e estudos para regularizar gargalos de produção em diferentes setores de sua economia. Ao enfrentar esse desafio, propuseram-se trabalhar com países parceiros, com vistas a reduzir vulnerabilidades nas cadeias de suprimentos globais.

O Brasil participou de Fórum Ministerial sobre o assunto organizado pelos EUA em julho de 2022. Em Declaração Conjunta emitida no encontro, subscrita pelo Brasil e outros 16 países, além da União Europeia, os participantes reconheceram a necessidade de abordar esse desafio global de forma resoluta e cooperativa, em um esforço para aliviar interrupções e gargalos

de transporte, logística e cadeia de suprimentos de curto prazo. Elencaram-se os seguintes “princípios globais da cadeia de suprimentos”, na persecução desse objetivo: (i) transparência; (ii) diversificação; (iii) segurança; e (iv) sustentabilidade.

SGP

O Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA confere, sem necessidade de reciprocidade, tarifa zero para a importação estadunidense de certos produtos de países em desenvolvimento. O Brasil é um dos principais beneficiários do SGP (o quarto maior em 2019), por meio de isenções tributárias concedidas a cerca de 9% das exportações brasileiras aos EUA (USD 2,3 bilhões em 2019). Além de beneficiar empresas brasileiras (inclusive pequenas e médias), o programa também apresenta benefícios para a economia norte-americana, ao reduzir a dependência de importações de outras origens e permitir a importação de insumos e produtos intermediários com isenção de tarifas.

O programa expirou em 31/12/2020 e depende de aprovação congressional para sua reativação. Foram aprovados na Câmara e no Senado dos EUA projetos de lei (diferentes) que tratam da renovação do SGP. Apesar das diferenças, ambos preveem condicionalidades ambientais e trabalhistas para a elegibilidade dos países, além de exigências quanto ao respeito ao estado de direito, combate à corrupção, acesso a mercado para comércio digital e empoderamento feminino.

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

Em 2021, o presidente Biden realizou Cúpula pela Democracia, que reuniu líderes do governo, da sociedade civil e do setor privado. Trata-se de esforço compartilhado para estabelecer uma agenda afirmativa para a renovação democrática e enfrentar ameaças por meio de ação coletiva.

Em janeiro de 2023, ocorreu encontro bilateral entre a Secretária do Interior, Deb Haaland, e a designada presidente da FUNAI, Joenia Wapichana, que contou com a participação de representantes da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Na oportunidade, a Secretária afirmou que o compromisso compartilhado com a democracia, os direitos humanos, os povos indígenas, o crescimento econômico equitativo, a proteção ambiental e "outros valores fundamentais" tornariam Brasil e EUA "parceiros naturais".

O governo brasileiro propôs, em junho de 2021, a reativação do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Direitos Humanos Globais, que se reuniu em

fevereiro de 2022.

III- ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência	19/10/2020	02/02/2022	09/06/2022
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a projetos de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação (Acordo RDT&E)	08/03/2020	05/05/2022	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara.	18/03/2019	16/12/2019	05/02/2020
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América	30/06/2015	01/10/2018	26/06/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos	23/09/2014	26/06/2015	25/08/2015

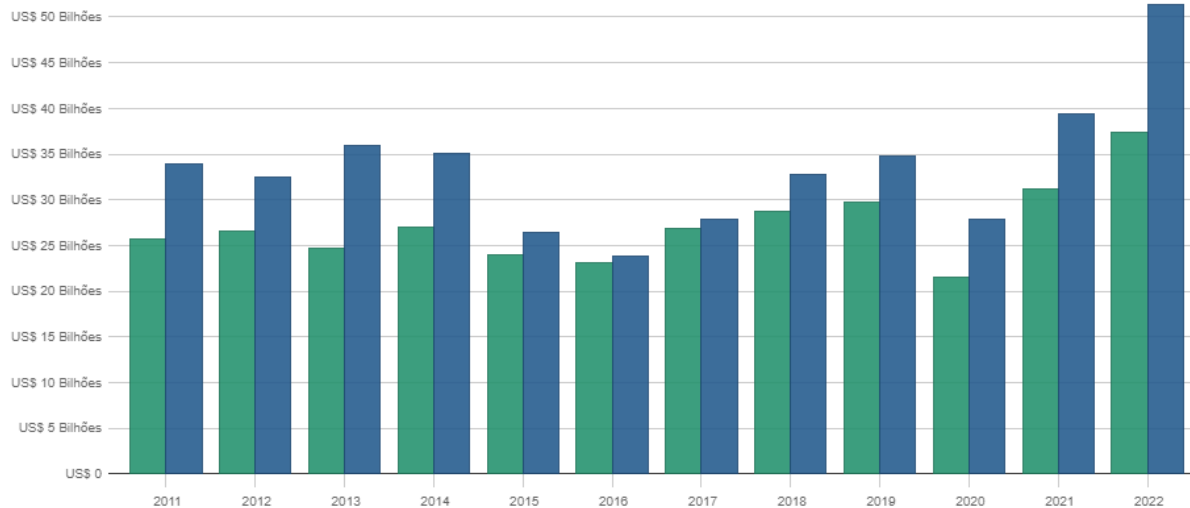
da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA			
Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	19/03/2011	21/05/2018	27/06/2018
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	03/04/2018	25/06/2018
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	19/03/2011	19/03/2011	26/09/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo a medidas de Segurança para a Proteção de informações Militares Sigilosas	21/11/2010	26/06/2015	22/03/2016
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	26/06/2015	21/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos	27/05/2008	17/11/2009	13/05/2010

da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos	20/03/2007	19/03/2013	16/05/2013
Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	30/09/2005	27/04/2011	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação	22/03/2004	27/02/2006	05/04/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras	20/06/2002	-	06/04/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência.	26/10/1999	25/03/2003	22/05/2003
Acordo de Cooperação entre o Governo da República	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999

Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.			
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	14/10/1997	21/02/2001	03/05/2001
Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	21/03/1989	13/01/1992	10/02/1992
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia.	06/02/1984	15/05/1986	04/07/1986

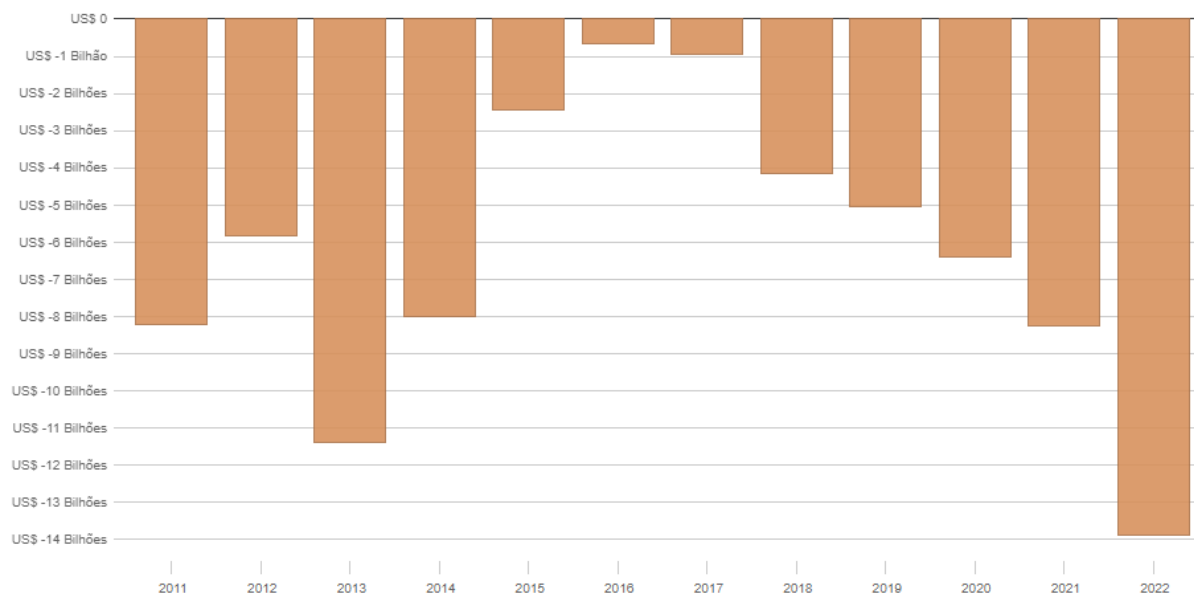
IV- TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS

- **Exportações, importações e balança comercial: Brasil - Estados Unidos 2011-2022**



(<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>)

- **Saldo Comercial Brasil-Estados Unidos 2011-2022**



(<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>)